

Contratação

3. Procedimento CPR/AQ/01/23/DCP - Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga.

Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão de adjudicação e de aprovação da minuta do contrato, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 20 de junho de 2023, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, relativa ao Procedimento CPR/AQ/01/23/DCP – Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Assunto: Procedimento CPR/AQ/01/23/DCP - Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga

PROPOSTA:

Procedimento CPR/AQ/01/23/DCP - Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado.

Submete-se a ratificação do Executivo Municipal a decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 20 de junho de 2023, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O (a) Chefe de Divisão

Parecer

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.

A chefe da DCP,

20/6/2023

Despacho

Adjudico e aprovo a minuta do contrato anexa a esta informação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião

O Presidente da Câmara,

(Ricardo Rio)

1. Informação

Data

20/06/2023

Autor	Nome	Carreira/Cargo
		Técnica Superior

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPR/AQ/01/23/DCP	6.348.607,43€	3.209.120,89€	24 meses
Objeto	Aquisição de refeições escolares pelo Acordo-Quadro da CIM		
CPV	55523000-2 Serviços de fornecimento de refeições (<i>catering</i>) a outras empresas e instituições		

3. Projeção Plurianual dos Compromissos (valores s/IVA)

Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Seg.s	TOTAL
527 853,48€	1 583 560,44€	1 055 706,96€	-	-	3 167 120,89€
7 000,00 €	21 000,00€	14 000,00€	-	-	42 000,00€
534 853,48€	1 604 560,44€	1 069 706,96€	-	-	3 209 120,89€

4. Compromissos Plurianais

Considerando o disposto no artigo 22º do D.L.197/99 de 8 de Junho, mormente a alínea a) do nº1 do artigo 22º, segundo o qual está autorizada a assunção de compromissos relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização,

designadamente com a aquisição de serviços e bens (...) desde que resultem de planos ou programas legalmente aprovados.

Nos termos da alínea c), n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21/02, que aprovou as regras para a assunção de compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal (AM).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 12.º do DL 127/2012, de 21.06 a projeção plurianual da despesa pode ser autorizada pelo órgão deliberativo, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP's).

No caso presente, constata-se que os encargos plurianuais previstos estão devidamente autorizados na respetiva GOP pelo Órgão Executivo e pelo Órgão Deliberativo, conforme o que se encontra disposto no nº1 do artigo 28º - Assunção de Compromissos Plurianuais das Normas de Execução Orçamental, aprovadas em anexo ao PPI e Orçamento Municipal para os anos de 2023 e seguintes, 18 de novembro de 2022 (Órgão Deliberativo).

5. Propostas de aprovação

- a) Decisão de adjudicação (76.º);
- b) Redução do contrato a escrito (94.º);
- c) Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- d) Relatório Final (124º).

6. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

7. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhora Vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, de 24/05/2023, no âmbito da Delegação de competências, foi autorizada a abertura do procedimento, que nos termos do n.º 3 do art.º 35º da Lei 75/2013 de 12 de dezembro, cuja autorização foi aprovada em reunião do órgão executivo de 29/05/2023.

8. Apresentação de propostas

No dia 13 de junho de 2023, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

Referência	Concorrente	Valor global
TVLS-CPN-EL-268/2023	Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.	3.925.729,57 euros
CPRAQ0123DCP	ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A.	6.032.892,26 euros
12/06/23/OA	Eurest Portugal Lda	4.875.119,72 euros
NTK_BRG23	Nortake - Actividades Hoteleiras, lda	4.961.996,72 euros
571/2023 - FR/jls	Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.	3.209.120,89 euros

9. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 14 de junho de 2023, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia pelo prazo de 3 (três) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

10. Proposta de adjudicação do júri

De acordo com o relatório final, de 20 de junho de 2023, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta à empresa Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e privados, S.A., pelo valor total de 3.209.120,89 euros.

Preços Unitários da proposta					Encargos com pessoal por refeição (por hora)
Preço Unitário Almoço	Preço Unitário Almoço (Take-Way)	Preço Unitário Lanche (Pic-Nic)	Plano de Emergência Municipal	Preço Unitário Almoço - Adulto (adultos/agentes educativos que desejem esse serviço, mediante encomenda prévia)	
1,91€ (um euro e noventa e um centimos)	3,15€ (três euros e quinze centimos)	0,75€ (setenta e cinco centimos)	5,00€ (cinco euros)	3,01€ (três euros e um centimo)	4,38€ (quatro euros e trinta e oito centimos)

11. Caução

- O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.
- A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 3%, nos termos do artigo 89.º, n.º1, do CCP, do preço total do contrato.

3. Poderá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
4. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
5. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.
6. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

12. Redução do Contrato a escrito

12.1. Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 3.209.120,89€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

12.2. Prazo de Suspensão

12.2.1. Não Aplicável

Fundamentação de Direito	O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP). Exceto quando: <ol style="list-style-type: none"> a) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); b) Se tratar de contrato celebrado ao abrigo de um Acordo Quadro, cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade; c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotada a Consulta Prévia/Acordo Quadro, pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.

13. Outorga do Contrato

Nos termos do n.º 5 do art.º 106.º do referido diploma compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a representação do Município de Braga na outorga do contrato.

14. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto no art.º 81º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº 20 do convite **(5 dias após a notificação da adjudicação)**.

15. Compromisso N. Seq: 99274

16. Anexos

- a) Relatório Final;
- b) Minuta de Contrato.

17. Assinatura

O Gestor do Procedimento

MINUTA DE CONTRATO N.º CPR/AQ/01/23/DCP

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Entre:

____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. ____

____ **Segundo: UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 501323325/NIPC, sede na Rua Cidade de Lisboa, n.º 8 – Edifício Uniself, Parque Industrial do Arneiro, 2660-456 São Julião do Tojal, representada por **Fernando da Silva Ribeiro** como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração/certidão permanente, que se arquivam. ____

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: ____

____ **1.ª** ____

____ Este contrato tem por objeto a **aquisição de serviços - Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado**, cuja adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de de junho de 2023, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, no uso de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11.04.2011 na sequência da **Consulta Prévia/Acordo Quadro – CPR/AQ/01/23/DCP**, ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. ____

____ **2.ª** ____

_____ Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato _____.

_____ **3.ª** _____

_____ O contrato só poderá ter início após o visto pelo Tribunal de Contas mantendo-se em vigor **pelo prazo de 24 meses**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, no montante total de 3.209.120,89€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com o n.º 2 do caderno de encargos. _____

_____ **4.ª** _____

_____ Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual de 3.209.120,89€ (TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E NOVE MIL, CENTO E VINTE EUROS E OITENTA E NOVE CÊNTIMOS)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço a pagar mensalmente e de acordo com o n.º 4 do caderno de encargos. _____

_____ **5.ª** _____

_____ A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 03 | 211 | 020225 | 02 211 2017/13 Ac.10 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento e de compromisso n.º 1553/_____ de 23/05/2023 e de _____, respetivamente e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme verba indicada na referida informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso autorizadas de acordo com o artigo 28.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento de 2023, aprovadas em reunião de Assembleia Municipal de 18 de novembro de 2022. _____

_____ **6.ª** _____

_____ Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

_____ **7.ª** _____

____ Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante de **€ 96.273,63** (noventa e seis mil, duzentos e setenta e três euros e sessenta e três cêntimos), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 91.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes.____

8.º

____ O Primeiro Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Segundo Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

____ O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

9.º

____ Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

____ E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos. _____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,
